

PARECER

Projeto de Lei nº 03/2020

*"Súmula: Acrescenta as Ações a Programas da Lei nº 3424/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021, e dá outras providências."*

Vem para análise dessa Assessoria o Projeto de Lei nº 03/2020, de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objetivo acrescentar ações a Programas da Lei nº 3424/2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021.

Inicialmente, cumpre esclarecer que todo o exposto trata-se de um parecer opinativo técnico-jurídico, o qual, segundo o renomado doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, em sua incontestável obra Direito Administrativo Brasileiro, Editora Malheiros, ensina:

"Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo, não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial, ou punitiva." (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 26ª ed., Malheiros, p. 185).

No mesmo sentido, Celso Antônio Bandeira de Mello, não obstante classificar os pareceres como atos administrativos de administração consultiva, deixa expresso, entretanto, que visam eles 'a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa' (Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de Direito Administrativo, 13ª ed., Malheiros, 2.001, p. 377).

Dessa forma, fica acrescentado ao Programa – 0029 – Programa de serviços de atendimento de Urgência e ou Emergência (UPA/SAMU), a Ação – 2334 O Bloco de custeio das ações e serviços Públicos de Saúde – UPA/SAMU para exercício de 2020, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021.

A justificativa gira em torno da necessidade verificada no sentido de acrescentar previsão para as despesas do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Unidade de Pronto Atendimento – UPA e SAMU, para o exercício de 2020.

## CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

Sobre o tema, nossa Constituição Federal diz que:

**Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Por analogia aplicada ao tema, temos que nossa Lei Orgânica diz que;

**Art. 6º - Compete ao Município:**

- I – legislar sobre assuntos de interesse local

[...]

- IX – elaborar o seu plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os seus orçamentos anuais;

**Art. 21 –** Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

[...]

- p) às políticas públicas do Município;

[...]

- III – orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

**Art. 51 –** Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das leis que versem sobre:

[...]

- III – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

**Art. 111 –** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

**Parágrafo Único –** O Município seguirá, no que for compatível a sistemática descrita pelo artigo 165 da Constituição Federal.

**Art. 114 –** Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal.



## CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA ESTADO DO PARANÁ

A Lei Municipal 3424, que ora pretende-se a inclusão de dispositivos diz que:

**Art. 1º**-Esta Lei institui, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no inciso I, § 1º, do art. 165 da Constituição Federal, e art. 111, Inciso I e art. 114, da Lei Orgânica do Município da Lapa, estabelecendo, para o período, os programas, objetivos, indicadores, valores e metas da Administração Pública Municipal e dos demais Poderes do Município, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

**Parágrafo Único:** Constituem diretrizes fundamentais da Administração Pública Municipal e dos programas estabelecidos neste plano:

- I - Ampliar e Melhorar o acesso da População aos Serviços de Saúde;
- II - Ampliar os serviços de Saneamento Básico e garantir a qualidade do Meio Ambiente;
- III - Apoiar o Desenvolvimento Agropecuário;
- IV - Elevar o nível de Educação Básica e Qualificação Profissional da População;
- V - Garantir a Cidadania à Criança e a Família, através de Serviços de seguridade Social;
- VI - Garantir o Atendimento da População em casos de Calamidade Pública;
- VII - Implantar o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipais;
- VIII - Melhorar a Infraestrutura Urbana e Rural;
- IX - Melhorar a Qualidade de Vida da População;
- X-Planejar, Orçar e Modernizar as Ações da Administração Municipal;
- XI - Promover o Progresso Econômico, Turístico e Cultural;
- XII - Planejar e Promover Ações para a Segurança Pública;
- XIII - Promover o Desenvolvimento e a Geração de Emprego e Renda.

Desta forma, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas razão pela qual esta **ASSESSORIA** é favorável ao prosseguimento do mesmo com a deliberação pelo Douto Plenário.

Lapa, 17 de janeiro de 2020.

Jonathan Dittrich Junior

OAB/PR 37.437